



OS EFEITOS DO “PÓS” NA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA INGLESA ENQUANTO *SOFT POWER*: contingência(s) e resistência(s)

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

Sérgio Arruda de Moura (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

Resumo – Compreender a pós-modernidade como um tempo de incertezas, desmoronamento de verdades centradas na objetividade, de esboroamento de fronteiras tempo-espaciais, de hibridismos culturais, é uma forma de identificar o contexto no qual a Língua Inglesa (LI) se insere como uma língua de comunicação interétnica nas narrativas decoloniais. Mediante tal contexto, essa pesquisa qualitativa, de caráter discursivo e cunho bibliográfico, visa responder à seguinte questão-problema: como os efeitos da pós-modernidade contribuem para a constituição da LI enquanto *soft power* sob a ótica da Análise Crítica do Discurso? Para tal, o objetivo geral é identificar as características das narrativas pós-modernas, pós-coloniais e pós-estruturais que constituem o contexto discursivo estabelecido na e através da LI como *soft power*. Os objetivos específicos são: apresentar a pós-modernidade como um *lócus* espaço-temporal intersticial descontínuo, pós-colonial e pós-estrutural; compreender os efeitos da globalização nas identidades e na linguagem através do domínio de capital, fluxo cultural e tecnologia; definir *soft power* a partir da teoria de Joseph Nye; estabelecer como os efeitos das teorias pós-críticas afetam a concepção de LI enquanto fenômeno de contenção e resistência. Mediante o exposto, aponta-se que a partir de um processo de ruptura epistemológica entre os séculos XX e XXI houve uma descontinuidade de narrativas paradoxal de contenção vs. resistência através da LI que, enquanto *soft power*, é um fenômeno balizador das capacidades e da superioridade de nações eurocêntricas/nortistas globais, justificada por ações coloniais pós-imperialistas e um fenômeno discursivo que possibilita os múltiplos letramentos. Ademais, é necessário pensar em uma perspectiva intercultural dos conhecimentos, dos saberes e dos currículos, promovendo

à ensinagem decolonial de LI e possibilitando ao indivíduo a oportunidade de se perceber como sujeito imerso em uma lógica que precisa ser continuamente ressignificada.

Palavras-chave: Língua Inglesa. *Soft Power*. Decolonialidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os debates acerca dos aspectos filosófico-epistemológicos do conceito de pós-modernidade têm sido um caminhar transversal e não-encerrado ao longo do século XXI. O uso do prefixo “pós” (após) pode atribuir-lhe dois sentidos: ora o de ultrapassagem ora o de continuidade em relação a modernidade. No que diz respeito ao primeiro, há o reconhecimento da independência da pós-modernidade enquanto ruptura histórica e seus impactos na sociedade e no sujeito (cf. BAUMAN, 2001); já em relação ao segundo, há a concepção de que ela foi apenas uma radicalização dos fundamentos da modernidade (cf. CHARLES, 2007). Longe de ter nessa querela algum tipo de existência inabalável, o fato é que a pós-modernidade representou para o homem “[...] a era em que tudo mudou, a história teve seu fim e nada mais pode ser totalizado referindo-se àquilo que é de agora, no instante, recente ou circunstancial.” (QUADRADO, 2006, p.2).

Na sociedade pós-moderna, há uma tendência histórica de simplificação redutora na sociedade pós-moderna e esse reducionismo é também uma tendência de abstração generalizante que simplifica relações complexas. É nesse *lócus* que reside o problema da complexidade x tecnificação da língua. A complexidade é sustentada pela noção de caos, uma tendência à dispersão. Ao discutir a dimensão caótica da existência ou da impermanência (cf. MORIN, 2005) discutem-se as valências das relações que estabelecemos entre a Língua Inglesa (LI) e suas possibilidades de sentido. Pensar uma língua é, pois, estabelecer dúvidas, cautelas, percepções, não verdades absolutas. Esse estranhamento coloca os sujeitos frente a um sentido possível, e impermanente. Logo, discutir a língua é discutir a impermanência dos próprios sentidos ditos.

A relação entre a complexidade e a língua exige uma postura crítica que problematize seus fundamentos. Uma concepção tecnicista da ensinagem (cf.

VASCONCELOS, 1996; PIMENTA; ANASTASIOU, 2005)¹ e da LI “desumaniza” a língua e a reduz a uma espécie de instrumento, mecanismo. A perda de complexidade pela técnica pode ser evidenciada em *slogans* como “Como aprender mais rápido um idioma em apenas 15 minutos” (Babbel)², “Como aprender inglês em 6 meses” (ABA English)³ ou “Aprenda Inglês 3x mais rápido” (Open English)⁴. A partir das discussões propostas por Edgar Morin (2005) para fugir desse tecnicismo é preciso estabelecer uma relação dialógica entre antagonismo e complementaridade aproximando-a do pensamento multidimensional pós-crítico. É preciso um resgate a uma educação linguística que recubra os aspectos complexos de uma *práxis* educativa integradora de modo dialógico e dialético.

Identificar a pós-modernidade como um tempo de incertezas, desmoronamento de verdades centradas na objetividade, de lutas da diferença, de esboroamento de fronteiras tempo-espaciais, de hibridismos culturais, é uma forma de identificar o contexto no qual a LI se insere como uma língua de comunicação interétnica nas narrativas decoloniais. Para tal, é necessário, primeiro, compreender que por teoria pós-crítica compreende-se uma expressão imprecisa que busca dar conta de um cenário que abarca estudos pós-estruturais, pós-coloniais, pós-fundacionais, pós-marxistas e pós-modernos. Nesta pesquisa, focaliza-se um pouco mais amplamente sobre o entendimento da pós-modernidade, na medida em que a LI é pensada a partir de um cenário fluído, irregular e subjetivo.

Mediante estas discussões, nessa pesquisa de cunho qualitativo de caráter discursivo e cunho bibliográfico busca-se responder à seguinte questão-problema: como os efeitos da pós-modernidade contribuem para a constituição da LI enquanto

¹ O uso do termo “ensinagem” ao invés de “ensino-aprendizagem” parte do pressuposto da superação de uma dicotomia carregando compromissos éticos, políticos e sociais no espaço institucional com vistas a integrar a ação de professores (ensinar) e alunos (aprender) através de processos de “mobilização, construção e elaboração” do conhecimento, isto é, de um direcionamento para aprendizagem; de um desenvolvimento operacional por meio da significação, problematização, criticidade, continuidade, historicidade e totalidade; por fim, da consolidação de conceitos (cf. VASCONCELOS, 1996; PIMENTA; ANASTASIOU, 2005).

² Disponível em: <https://pt.babbel.com/pt/magazine/como-aprender-um-idioma-em-20-minutos-por-dia/> Acesso em: 06 de julho de 2022

³ Disponível em: <https://www.abaenglish.com/pt/como-aprender-ingles/em-6-meses/> Acesso em: 06 de julho de 2022

⁴ Disponível em: https://englishlive.ef.com/pt-br/lp/oe/feb22/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=br_pt_sg_oe_gen_learn-english_tcpa&utm_content=&utm_term=aprender%20ingles%20em%20casa&gclid=Cj0KCQjw5ZSWBhCVARIsALERCvxvFZDrBH0PytGjIX3opmF6BBGHwYKut1PI25-u08yalFc5-DR6MhyQaAqgZEALw_wcB Acesso em: 06 de julho de 2022

soft power sob a ótica da Análise Crítica do Discurso? A fim de responder tal questionamento, o principal objetivo dessa pesquisa é identificar as características das narrativas pós-modernas, pós-coloniais e pós-estruturais que constituem o contexto discursivo estabelecido na e através da LI. Para tal, apresenta-se a pós-modernidade como um *lócus* espaço-temporal intersticial descontínuo pós-colonial e pós-estrutural; compreende-se os efeitos da globalização nas identidades e na linguagem através do domínio de capital, fluxo cultural e tecnologia; define-se *soft power* a partir da teoria de Joseph Nye; estabelece-se como os efeitos das teorias pós-críticas afetam a concepção de LI enquanto fenômeno de contenção e resistência.

1. PÓS-MODERNIDADE: DESCONTINUIDADE DE NARRATIVAS

As ondas de transformação das experiências e dos discursos marxistas, do inconsciente, da linguagem, do poder disciplinar e do feminismo (cf. HALL, 2006) “anunciavam uma era paródica, irresoluta e contraditória que questionava e desafiava a cultura a partir de seu próprio interior.” (HUTCHEON, 1991, p.34). Se na modernidade “a verdade, a beleza e a moralidade existem como realidades objetivas, que podem ser descobertas, conhecidas e compreendidas através de meios racionais e científicos” (JOHNSON, 1997, p.152). Na pós-modernidade, elas não existem além do pensamento, do discurso e da subjetividade. A sensibilidade às diferenças e sua transitoriedade passam a marcar todas as áreas da existência humana, inclusive a linguagem.

Este retrato da pós-modernidade reduz a experiência a uma série de presentes poderosos e vívidos cujo espetáculo, à medida que é experimentado, torna o gozo do aqui-agora essencial a cada ponto de intersecção da realidade. Eternidade e finitude do momento, velocidade e duração reduzem a vida ao “truque de comprimir a eternidade de modo a poder ajustá-la, inteira, à duração de uma existência individual” (BAUMAN, 2007a, p.15). A ruptura da ordem temporal (presente x futuro) ocasiona igualmente um peculiar tratamento do passado em que se abandona o sentido da continuidade e memória histórica modernos e desenvolve-se a capacidade de pilhá-los e absorve-los como presente volátil, formando, sob este aspecto, aquilo que se denomina compressão: um processo de aceleração dos processos globais, de encurtamento das distâncias e de perda de profundidade e fixação nas superfícies e

nos pactos imediatos que não tem poder de sustentação a longo prazo (cf. BAUMAN, 2007a, 2007b; HALL, 2006).

A interconexão global e a ruptura de ordem espaço-temporal resultam de um processo de compressão espaço-tempo que marcaram os locais e as lógicas sociais. Neste mundo globalizado atravessado por auto estradas da informação, não há terra nula nem espaço em branco. A abertura da sociedade realizada pelas redes sociais digitais e pelas tecnologias da informação produziram o encurtamento de distâncias não como atributo objetivo, mensurável, mas sob a ótica dos domínios de percepção. Esse esboroamento das fronteiras trouxe consigo sua própria incompletude visto que a segurança já não pode ser obtida; os mercados sem fronteiras tornaram-se uma receita para injustiça alargando a desigualdade em escala global; e a desregulamentação e a violência armada reforçam e revigoram-se mutuamente na tentativa de proteger a “nação”.

Logo, o universo de representações de sentidos da LI é instável e fragmentado. O que torna difícil a estruturação de modelos sólidos de significação. Sob influência desse complexo processo de mudanças, a globalização através de novas combinações de espaço e tempo atravessa as fronteiras nacionais, conecta comunidades e impacta as identidades culturais através da própria língua como elemento (anti)fundacional da cultura e da identidade. Mas, embora tenha se projetado como transcendente e universalizada, a LI se tornou parte de um processo de ocidentalização que exporta mercadorias e valores através da densa e complexa malha de interações não apenas às populações orientais (vistas como exóticas), mas aos países subdesenvolvidos e emergentes (vistas como subalternos) através do domínio de capital e fluxo cultural e tecnológico, subvertendo modelos culturais tradicionais e desterritorializando seus efeitos (Colonialidade) (cf. MIGNOLO, 2017).

Sobre a verdade, a certeza e a diferença na pós-modernidade, o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman (2001) afirma que não há apenas uma teoria da verdade, mas teoria “das verdades”, ou pós-verdade (cf. FLORES, 2017). Isso porque com a possibilidade de atingi-la escapando às nossas crenças e à própria língua, a heterogeneidade se tornou a condição sob a qual a sociedade e a autorrepresentação organizam-se, um espaço de tensão e contradição. Essa liquidez da vida, do tempo, dos medos pertence à categoria da incerteza. Uma vida assim fragmentada estimula

orientações mais horizontais que verticais, fazendo com que a sociedade se constitua mais em uma rede que em uma estrutura.

Como resultado de um desejo incessante por uma emoção utópica, os sujeitos buscam um “[...] significado redundante e irrelevante para sua própria autopropetuação, assim como um objeto indigno dos esforços de uma vida [...]” (HALL, 2006, p.159) e sofrem de um constante mal estar. Todas essas particularidades convergem para a formação de um indivíduo cuja identidade torna-se uma celebração móvel ofertada ao longo dos infinitos corredores dos supermercados culturais e transformada continuamente ao sabor do momento. Na pós-modernidade, a não-fidelidade aos sentidos confere fluidez aos processos de expressão e identificação. Essa transformação reflete-se também na forma como os sujeitos se encaram na própria língua.

A própria capacidade de “essenciar” da linguagem não está num lugar vazio, mas permeada pelas formações sociais e pela cultura. Isso não implica inteiramente uma “costura fixa” sobre determinação dos discursos, mas uma abertura para situar e posicionar distintivamente os sujeitos através da LI. O pós-moderno é, então, o tempo do provisório e da individualização, tempo da liberdade e da insegurança, tempo do individualismo e da pluralidade como gesto de renovação hermenêutica; tempo de unir-se em torno de pequenas comunidades e de conectar-se à aldeia global de comunicação “[...] supermercado cultural cujas diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global” (HALL, 2006, p.75).

Sob a lógica pós-imperialista, a LI passou a traduzir diferentes identidades que se tornam desvinculadas das memórias culturais e históricas locais, tornando-se objetos descartáveis que flutuam ao sabor do desejo de seus consumidores. Essas traduções junto ao caráter expansivo da homogeneização cultural permitidas pela LI enquanto língua de comunicação interétnica revelam tensões globais e locais no campo das identificações. Para Hall (2006, p.77), afirmar que “a globalização ameaça solapar as identidades e a ‘unidade’ das culturas nacionais [...] de forma totalizante ou totalizadora é um grito angustiado muito simplista, exagerado e unilateral.” É mais provável que ela produza, concomitantemente, novas identificações e representações. No entanto, elas não podem ser confundidas com identidades

enraizadas em suas localidades bem definidas, mas como um conjunto de formações que atuam no interior da lógica da própria globalização.

Para Bauman (2007b, p.46), esse hibridismo “[...] é uma manifestação onívora – não comprometida, não exigente, não preconceituosa, pronta e ávida para saborear qualquer coisa que esteja sendo oferecida e ingerir e digerir a comida de todas as cozinhas.” Ele (hibridismo) não é apenas uma mistura, mas um termo para expressar uma tradução cultural que negocia com a diferença através da revisão dos próprios sistemas (referências, normas e valores). Como sugeriu o estudioso e crítico literário Homi Bhabha (1998),

“hibridismo significa um momento ambíguo e ansioso de transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo. [...] (Ele) insiste em exibir [...] as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem "traduzidos", mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência.” (BHABHA, 1998, p.75).

Essa poderosa dinâmica que sincroniza elementos de culturas diversas é resultado das diásporas que ocorrem na pós-modernidade e definem-se pelos movimentos migratórios pós-coloniais causados pelos mais variados motivos: desastres naturais, alterações ecológicas ou climáticas, guerras, subdesenvolvimento econômico, exploração do trabalho ou escravidão. Estes elementos – deslocamento espacial e cultural e também de discriminação social – criam esse espaço linguístico híbrido dissolvendo as barreiras da distância e intensificando (positiva e negativamente) o encontro entre colonizado e colonizador.

2. UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA PÓS-MODERNIDADE NA LÍNGUA INGLESA COMO *SOFT POWER*

O abandono de axiomas essencialistas e a não-linearidade estão atreladas a uma desconstrução dos próprios conceitos de língua. Essa perspectiva desconstrutivista torna evidente a alteridade, a impossibilidade, as lacunas e inadequação de toda positividade e fechamento de significação. O sentido resiste à significação à medida que é sempre posterior ao ato de fala e estabelece uma relação

com o outro entendido como linguagem, pré-existente aos próprios sujeitos (cf. LACAN, [1964] 1988). Tudo é discurso e poder e a língua só pode analisada no seguinte contexto: não há estrutura fixa que consolide a própria significação do conceito de “língua”, mas apenas estruturações e reestruturações discursivas.

Os conceitos são aquilo que as circunstâncias de germinação lhes permitem ser. Impregnados pelo conteúdo do solo de que brotaram são concebidos e reconhecidos pelas experiências dos seres humanos. Mas num mundo globalizado que revolve constantemente as sementes, o conceito de língua é colocado na esfera de um “além” que “[...] não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado, mas [...] um momento de trânsito que produz figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior.” (BHABHA, 1998, p.19). Perpassada por todas as práticas sociais, língua e cultura são consideradas atividades intencionais, orgânicas com sentidos compartilhados que através da crítica ao *status quo* reivindica a diferença contra a pressão homogeneizante do próprio “global” (cf. HALL, 2003; 2006).

Assim sendo, o que constitui um símbolo cultural como popular não é o objeto, nem a prática em si, mas o estado do jogo das relações entre a cultura e a LI no campo social: contenção e resistência. No entanto, neste processo, não há vitórias definitivas, mas lutas contínuas, irregulares e desiguais por aquilo que será ou não incorporado à própria cultura. Em cada contexto discursivo, existem identidades linguísticas viáveis e pertinentes em termos de aceitabilidade e importância relativa. Nessa perspectiva, a heterogeneidade linguística é crucial porque ela significa uma variedade no repertório de identificações e significações, que são essenciais à própria compreensão da identidade.

Essa negociação de sentidos proporcionada pela LI no processo de globalização subjaz a ideia de hibridismo não como traço cultural fixo, mas representação de gêneros, etnias, políticas, que emergem em momentos de transformação histórica e convergem-se dentro das comunidades, que por sua vez fornecem espaço para a alteridade e diferentes identidades linguísticas. A LI estabelece, pois, um espaço (anti)fundacional de identificação com os outros em terrenos inter e multiculturais. Aquelos mesmos laços (que aproximam os sujeitos em comunidades) não são isonômicos, mas possuem valências diferentes mediante os

contextos com os quais se deparam. O processo que envolve a identificação, que envolve condições diversas segue um rumo além do puramente objetivo, positivo, para uma significação social incerta.

Nesse contexto, a LI assume uma função pertinente nos contextos discursivos em meio a condições de contingência, contraditoriedade e intemporalidade (típicas da pós-modernidade), mas repousando sobre “[...] um centro fundante que garante a sua estruturalidade, orienta a estrutura, mas sempre faz referência a uma presença, a um fundamento que não pode ser explicado no interior da própria estrutura. A estrutura exige uma relação com um exterior que a constitui.” (LOPES, 2013, p.13). Paradoxalmente ao seu sentido fundacional, a LI não pode ser considerada um sistema estático, pois não há sentidos originais, mas representações híbridas de significados (cf. DERRIDA, 1998; 2001).

Somando-se à teoria derridiana, na concepção de Bhabha (1998, p.51, grifo do autor) ao ultrapassar “essas bases de oposição dadas, abre-se um espaço de tradução: um lugar de hibridismo [...] onde a construção de um objeto político que é novo, *nem um e nem outro*, ‘aliena’ de modo adequado as próprias formas de reconhecimento”. O desafio dessa negociação (tradução) é descortinar um espaço de passagens linguísticas intersticiais; é conceber articulações posicionais e relacionais mantendo aberta as categorias representativas em que cada traço cultural é rearticulado a outros, não sendo tratadas como variáveis independentes.

A formação desses blocos simbólico-sociais requer uma negociação entre a aquilo que os diferencia e aquilo que se repete (iteração) trazendo à tona esse “entre lugar” que não é contraditório, mas essencial na tentativa de transformar a relação do sujeito e sociedade “[...] em rituais dialógicos de modo que os espectadores adquiram postura ativa de participantes nos processos coletivos que são às vezes catárticos e que podem simbolizar ou mesmo criar uma comunidade.” (BHABHA, 1998, p.58). É precisamente dessa polaridade que se deve fugir porque ela é a mesma que esconde a pluralidade existente em cada um dos polos.

De forma associada a esse pós-estruturalismo e pós-modernidade, o pós-colonialismo questiona as noções hierarquizadas e verticalizadas entre colonizador/colonizado e a ideia de que a cultura dos países colonizados é apenas um efeito da opressão colonizadora. Assim, a LI negocia sentidos (tradução cultural)

estabelecendo relações de alteridade mediadas pelo poder que constituem essas negociações catalizadoras das construções identitárias de colonizador e colonizado. As ideias de centro/margem, de superioridade cultural, de tradição e nação, e eurocentrismo são questionadas em termos de imperialismo, diáspora, identidade/identificação, representação e multiculturalismo (cf. ASHER, 2010). Na esteira dessas discussões, não existe a possibilidade de um lugar fora do discurso. Não há hierarquização nem a possibilidade de uma homogeneização linguística sem resistência, mas uma nuvem de narrativas heterogêneas.

A fragmentação é uma *artificialização*. Morin conecta resgate à atualidade através da busca de uma relação complementar-dialógica em detrimento a uma relação de exclusão-fragmentada. “Fechados em e por sua disciplina, eles se trancafiam em seu saber parcial, sem duvidar de que só o podem justificar pela ideia gera a mais abstrata, aquela de que é preciso desconfiar” (MORIN, 2005, p.9). Faz-se necessário entre fecundar a LI a questões locais e globais diversas, pois essa postura revolve a capacidade da linguagem de fazer sentir, proporcionando a professores e alunos uma densidade experiencial. Dessa forma, a perda da complexidade é atravessada pela tecnificação da língua, isto é, por sua objetificação, quantificação. Ao invés de “compreender”, aprender a LI tornou-se sinônimo de “obter” – como resultado da lógica mercantilista e mecanicista da globalização sob a perspectiva do “Yes, we can”.

Excludente no sentido de que estudar uma língua é uma questão representacional-relacional que indica um modo de estar no mundo no qual “[...] não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte” (MORIN, 2005, p.181). A inteligibilidade da língua necessita, portanto de circuitos individuais e coletivos que produzem interações retroativas que confundem “[...] produtor e produto, causa e efeito, um e múltiplo” (MORIN, 2005, p.183). Assim, a LI é um fenômeno cuja tecedura forma uma unidade de complexidade que não destrói a variedade e a diversidade dos fios que a teceram. A própria semelhança do extra-sensível da língua estabelece uma relação entre o vivido e o falado, o dito e o intencionado e o faz de modo sempre novo e irreduzível. O problema não é, portanto, a língua em si, mas o modo como nos relacionamos com ela.

Fast life, fast knowledge, fast work. Essa superficialidade empobrece as relações interpessoais, submete o tempo e “quantifica” o sensível. O contexto das existências e das *práxis* linguísticas são também uma forma de existir. Se a língua está em nós, logo ela é parte da nossa identidade. A fim de aprofundar essa concepção de língua pode-se aproximar os conceitos de reducionismo e complexidade em Morin do pensamento que calcula e pensamento que medita em Heidegger. O pensamento que calcula domina os modos de experienciar a realidade e a própria linguagem. Para Heidegger (1959) o pensamento que calcula é um pensamento ausente, não-reflexivo, automatizado arraigado no “[...] poder oculto da técnica contemporânea que determina a relação do Homem com aquilo que existe” (HEIDEGGER, 1959, p.19). No entanto, o problema não consiste na técnica em si, mas no modo como os sujeitos se relacionam com ela.

A LI como língua técnica (cf. HEIDEGGER, 1995) está mais voltada para a informação do que para o *apprendere, comprehendere*. O tecnicismo linguístico ensina apenas o imediatamente útil: ser aprovado no vestibular, ler um texto acadêmico, traduzir um resumo, memorizar para aplicar. A questão posta é que essa cultura contribui para uma representação instrumental da própria língua, extraíndo seu caráter representacional ilimitado, inexprimível e conseqüentemente assujeitando indivíduos. Assim sendo Heidegger (1995, p. 16) afirma que a técnica moderna é um instrumento de realização, um domínio particular do homem sobre a produção industrial que se estende a outras produções como a linguística, cultural, identitária. Logo, essa dialética a coloca sob uma ótica utilitarista que contribui para o *status quo* de uma identidade mais mercadológica que formativa cujo sucesso é medido pelo sucesso de seus resultados.

Como repensar a concepção corrente de LI? Em primeiro lugar, compreendendo que a língua é um sintoma verbal de sujeitos políticos, uma negociação de termos na continuidade do presente da enunciação. A língua pertence a esfera dialógica de uma experienciação cujas estratégias revelam ideologias que fazem parte da alteridade. Nessa negociação há uma dialética que reconhece a ligação entre o sujeito e seu tempo através de estruturas de integração simbólica como o signo, a cultura, o contexto, a tradição. Essa natureza representativa da língua é denominada de: capacidade de “essenciar” o mundo. Para Heidegger (WRATHALL,

2005, p.94-95, tradução nossa), “a essência se refere a um núcleo estável que garante a identidade de uma coisa dependente do contexto histórico, do desvelamento epocal do ser que acontece na e através da linguagem”⁵. Isso significa que a língua tem a capacidade de tornar algo real no âmbito simbólico através da eficácia performativa.

Em segundo lugar, seria compreender a LI como uma visão de mundo, uma forma de “ser-estar”, não um conjunto abstrato de técnica ou um instrumento de comunicação, pois são justamente essas visões reducionistas que reforçam o caráter esvaziado de que a língua é informação. “A língua técnica é a agressão mais violenta e maior perigosa contra o caráter próprio da língua [...] e ao mesmo tempo contra a essência mais própria do homem” (HEIDEGGER, 1995, p.37-38), pois sua essência está na mutação da subjetividade e da verdade. A LI enquanto técnica se edifica sob o modo como o real se desvela ao *dasein*, construindo uma experiência humana como mero “poder-ser” no horizonte de sua temporalidade. Assim, o ser da natureza é um fundo de reserva disponível à exploração humana. A ideia de “disposição” – língua a disposição do homem, natureza à disposição do homem – revela a natureza exploratória dessa disponibilidade.

O *dasein* é, pois o comportamento linguístico dispositivo mecanizado, instrumentalizado da LI. Perceber o modo como a língua se desvela como possibilidade ilimitada, intangível aponta para a necessidade de assumir uma postura refletidamente identificada com esse modo de desvelamento. No horizonte da representação da língua, a tradição não é apenas outorga, mas preservação de novas possibilidades da língua já falada. A tradição da língua estabelece vínculos entre “[...] o mundo intermediário, o espírito humano e os objetos.” (HEIDEGGER, 1995, p.32), tornando-se uma expressão de entremeios, de complexidades, de dialogicidades, de dialeticidades. A LI precisa meditar sobre o ser através do resgate de uma noção de serenidade (*gelassenheit*), como uma atitude equânime do espírito ao encontro da língua.

Essa tradição linguística provoca a disrupção da LI como disposição instrumental e desvela sua natureza (*poiesis*) e sua verdade (*aleteia*). Ela não pode ser racionalizada, pois não pode ser dominada. A língua escapa, extrapola. Ela está atrelada a um pensamento que medita (que resiste) e esse pensamento “[...] exige

⁵ “essence refers to a stable core that guarantees the identity of a thing dependent on the historical context, the epochal unveiling of being that happens in and through language” (WRATHALL, 2005, p.94-95).

que não fiquemos unilateralmente presos a uma representação, que não continuemos a correr em sentido único na direção de uma representação. O pensamento que medita, exige que nos ocupemos daquilo que parece inconciliável” (HEIDEGGER, 1959, p.23). Assim, não é através da LI que se acessa textos informativos ou acadêmicos, mas na língua experiencia-se modos de fazer ciência, de pensar o mundo, de conceber espaços e tempos, de ser e estar.

Essa experiência meditativa com a língua busca os fundamentos ontológicos de diferentes fenômenos e se cumpre através da elaboração apropriativa do horizonte de sentido a partir do qual é possível seu acontecimento (*ereignis*). Isso evidencia a dinâmica histórica de sua constituição e a necessidade de um relacionamento mais livre ante determinações puramente técnicas. Ao passo que a técnica esquece o “ser”, a meditação inaugura uma forma de atenção que analisa a língua nos horizontes de sentido, promovendo uma educação que dialogue com a vida dos alunos, que lhes faça sentido, permitindo seu envolvimento através de uma escuta sensível e possibilitando uma *práxis* curricular crítica e significativa (cf. FREIRE, 1987). Nesse sentido, o pensamento que medita instaura um processo enunciativo da identificação cultural na e pela língua.

Presente e passado, tradição e tradução, representação e subjetividade fundem-se na língua(gem) onde o sentido nunca é simplesmente mimético, neutro e transparente, mas um lugar de negociação atravessado pela diferença e pela reflexão crítica sobre suas “ideias-no-tempo”. Dessa forma, experienciar a LI deve ser um pressuposto para o ensino e a aprendizagem da língua. Ela não pode ser alheia ao outro, mas antes fundir sua própria dimensão prática. A língua garante a existência de uma experiência coletiva em sua complexidade. No momento em que essa experiência se perde, passa-se a falar, mas não dizer. O dizer é *sagan* (HEIDEGGER, 1959, p.34) e significa mostrar, desvelar. Logo, pensar a forma como a língua é experienciada é pensar no lampejo original abrigado na língua, no seu não-cálculo, na sua capacidade de desencobrir.

Essa análise da LI é marcadamente anti-essencialista, anti-objetivista, crítica de determinismos e valoriza a língua como elemento central na compreensão de contextos culturais globalizados/globalizantes, favorecendo uma reconfiguração com enfoque discursivo e fenomenológico. Qualquer conceito estável de língua é

desestabilizado, pois não há fundamentos absolutos que a sustentem como uma identidade plena. Se a própria noção de língua é tratada como um processo discursivo não estável, questiona-se também os conhecimentos e saberes que devem ser ensinados na escola. Entende-se, pois, que a LI e uma educação multicultural propiciam uma dialética em cujo discurso se encontram elementos *da fundação* da identidade, das ideologias, além da predisposição à coletivização do pensamento e do conhecimento.

3.1 A Língua Inglesa como *soft power* segundo John Nye

Esse cenário faz com que a LI se torne também um recurso da colonialidade linguística, um *soft power* capaz de atrair pessoas e obter os resultados desejados sem ameaças ou ganhos tangíveis, cooptar em vez de coagir. O conceito de *soft power* (poder suave) elaborado pelo cientista político Joseph Nye (2004), busca explicar a possibilidade de um país, instituição ou grupos políticos influenciarem comportamentos e tendências por meio da cultura, de valores e de políticas. Por sua vez, a língua cria sentidos, valores e práticas para uma sociedade e é também uma fonte considerável de poder - efetivo, discreto e revolucionário.

O *soft power* molda preferências por meio da atração e elimina o uso da coerção. O *hard power* é o poder de forçar o outro a agir de determinado modo por meio de capacidades militares e econômicas de um estado. Nas palavras de Nye, o *hard power* é “[...] uma capacidade de fazer coisas e controlar os outros, de fazer com que os outros façam o que de outra forma não fariam” (NYE, 1990, pp. 153-171, tradução nossa)⁶. Esta definição iguala *hard power* com recursos; “[...] a posse de uma população, território, recursos naturais, tamanho econômico, forças militares e estabilidade política”. Já o *soft power* origina-se da cultura, seus valores políticos e políticas externas. A linguagem é a característica mais saliente da cultura de um povo. É a mais característica inerente de uma nação.

“Não há outra maneira, mais direta, mais substancial, não mais curta de conhecer um povo do que aprendendo sua língua. A linguagem de um povo é a maneira como ele concebe, classifica e expressa o mundo. Cada língua nacional é outra taxonomia do mundo, outra abordagem, um total de escolhas que dão um valor distinto a cada língua, o valor da expressão coletiva de uma nação inteira.” (SANTOS, 2013, p. 15).

⁶ “[...] an ability to do things and control others, to get others to do what they would not otherwise do [...] the possession of a population, territory, natural resources, economic size, military strength, and political stability.” (NYE, 1990, pp. 153-171).

O objetivo é conseguir influência e domínio utilizando a LI como patrimônio intelectual e cultural. A relação entre *soft power* e colonialidade dá-se, portanto, pela legitimidade do saber, do ser e do poder proveniente do Norte Global. Isso porque as questões de poder estão ligadas a legitimidade de quem o exerce. Quanto maior o grau de legitimidade, menor será a utilização de coerção como instrumento de poder e maior será a utilização da persuasão. “Países que possuem um forte traço cultural, uma postura ideológica incisiva e que investem em áreas, como artes, cultura e educação, tendem a ter poder de influência muito alto em certos campos, chegando a ser hegemônicos em alguns casos” (NILLO, 2014, sp.).

A linguagem é também uma forma de ação: alerta, promete, sugere, concorda. O papel do não dito na comunicação (silêncio significativo) é igualmente importante. Na pós-modernidade, a tecnologia molda certos aspectos da linguagem com a introdução de novas ferramentas de comunicação e interpretação, novas formas de capturar/ preservar poder. O domínio da LI consolida a aprovação do público dos valores transmitidos e da imagem projetada pelo país. Logo, ao ensinar a língua sob uma lógica eurocêntrica/ nortista global consolida-se uma série de valores culturais que são uma chave para a identidade dos próprios alunos – valores relacionados a uma lógica imperialista que não reconhece a diversidade linguística trazida pelo uso da LI por países do Sul Global como uma forma de enriquecimento da identidade linguística.

As outras três relações de poder de linguagem referem-se aos poderes da linguagem que são baseados na versatilidade comunicativa de uma linguagem e sua ampla gama de funções cognitivas, comunicativas, sociais e de identidade na construção de significado, interação social e políticas de linguagem, conforme destacado por Ouriveis (2013). Esses poderes da linguagem incluem, em primeiro lugar, o poder da linguagem de manter o domínio existente em discursos legais, sexistas, racistas e etários que favorecem determinados grupos de usuários da linguagem em detrimento de outros. Outro poder da linguagem é seu imenso impacto na unidade e discórdia nacional. O terceiro poder da linguagem é sua capacidade de criar influência por meio de palavras isoladas (por exemplo, metáforas), conversas e

narrativas em campanhas políticas, surgimento de líderes, narrativas terroristas e assim por diante.

O papel dominante da LI na diplomacia resultou da dominação política, estratégica, econômica, cultural ou outra de uma ou outra potência nas relações internacionais. A LI é considerada por alguns como uma língua franca global (não oficial) devido ao poder econômico, cultural e geopolítico da maioria das nações ocidentais desenvolvidas nas instituições financeiras e comerciais mundiais. “Como resultado, o status de fato do inglês como língua franca nesses países foi transportado globalmente” (BAPTISTA, 2016, p. 12). Os EUA têm quase 70 por cento de todos os falantes da LI materna no mundo (excluindo as variedades crioulas). Tal domínio, com suas bases político-econômicas, atualmente dá aos Estados Unidos o controle da forma como a língua provavelmente se desenvolverá (cf. CRYSTAL, 2003).

É possível perceber que não é necessário conquistar fisicamente um território, as próprias forças da globalização influenciam pessoas ao redor do mundo a aprender a LI solapando identidades e tradições culturais. Convém ressaltar que “os fluxos culturais possibilitados pelo avião a jato, por fax ou satélite” (HALL, 2006, p.72) envolvem transmutação, hibridização de ideias, valores e normas comportamentais através da fertilização transnacional das culturas. Gerando o desconforto da orgia destruidora ao lado da pressão homogeneizadora, paradoxalmente, a globalização abre a possibilidade do voo da renovação, “[...] soltando as seculares amarras simbólicas que detinham os sujeitos e fragmentando as paisagens culturais que tinham fornecido sólidas localizações.” (HALL, 2006, p.9). Desta forma, a LI é central para o crescimento econômico global e a principal língua da cultura de massa em desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de todas essas concepções teóricas aqui discutidas, é possível apontar que a partir de um processo de ruptura epistemológica entre os séculos XX e XXI marcado pela pluralidade, enfermidade e instabilidade, o pós-moderno, o pós-colonial e o pós-estruturalismo descontinua diversas narrativas como a do sujeito, do espaço, do tempo e da identidade através da linguagem. Influenciado pela

globalização (seus aspectos positivos e negativos), há uma dupla face do desenvolvimento cultural: de um lado a pressão homogeneizante da identidade e de outro a valorização da diferença enquanto marca identitária, individual e comunitária.

Assim, embora as indústrias culturais tentem retrabalhar constantemente aquilo que representam e implantar tais definições nos sujeitos de modo a ajustá-las às descrições da cultura que preferem, o teatro da luta mobiliza elementos materiais, sociais e simbólicos como fonte estratégica de resistência enquanto os estudos culturais optam pela negociação frente a reforma e transformação através da tradução. Isso tudo coloca os processos de identificação numa espiral de inconstância, incertezas e medos. Os sujeitos tornam-se híbridos culturais tentando acompanhar as mudanças que assolam a própria sociedade através do consumo de bens, valores e tradições. As traduções culturais resultantes desse processo afetam as questões identitárias e formativas entendendo o sujeito não como um ser unívoco, mas um ser plural cuja identidade é formada por diversas interseccionalidades e flutuam no tempo-espaço.

Já *soft power* se caracteriza por demandar visão de longo prazo por parte daqueles que pretendem empregá-lo. Através das análises apresentadas o *status* de LI como língua mundial e a universalização das culturas eurocêntricas e nortista-global. Sendo assim, fica evidente o seu status de relevância social, que foi dado por necessidades colonizadoras, e se estendeu ainda após o processo de colonização. “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2020, p. 32). A LI tornou-se assim ferramenta balizadora da capacidade e superioridade do indivíduo, justificada pelas ações coloniais, e, assim, diminuindo o valor das línguas locais e servindo como instrumento de dominação também no Brasil pós-colonial.

Nesse espaço de reflexão crítica, destaca-se que essas ponderações conduzem a reflexões não apenas sobre o imperialismo e a colonialidade da LI e seus efeitos na vida dos sujeitos, mas também sobre as políticas linguísticas e as relações de poder envolvidas no processo de ensino de línguas. É necessário que não priorize a reprodução dos saberes em escala universal nem reforce o pensamento colonial e

a homogeneização linguística e cultural, mas pensar além das relações de subalternidade, numa perspectiva intercultural do conhecimento, do saber e dos currículos. Sob esse prisma, apoia-se a diversidade epistemológica do mundo e a viabilidade da ensinagem decolonial de LI, possibilitando ao indivíduo a oportunidade de se perceber como sujeito imerso em uma lógica que precisa ser continuamente ressignificada.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. Tempos Líquidos. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007a.
- _____. Vida líquida. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007b.
- BAPTISTA, T. V. A diplomacia cultural dos Estados Unidos e da França na UNESCO: fundação e primeiros anos. Universidade Federal do RS. Porto Alegre, 2016, 47 p.
- BHABHA, H. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.
- CHARLES, S. L'Hypermoderne expliqué aux enfants, Montréal: Liber, 2007.
- CRYSTAL, D. English as a global language. 2. ed. Published in the United States of America by Cambridge University Press, New York, 2003.
- DERRIDA, J. Notas sobre desconstrucción y pragmatismo. In: Chantal Mouffe (Org.) Desconstrucción y pragmatismo (pp. 151-169). Buenos Aires: Paidós, 1998.
- _____. Posições. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FANON, F. Pele negra máscaras brancas. Trad. Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu editora, 2020.
- FLORES, P. J. Inferências falseadoras como base para a pós-verdade. Línguas & Letras, v. 18, n. 41, p. //dx. doi. org/10.5935/1981-4755.20170023, 2017.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 38ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HALL, S. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEIDEGGER, M. Serenidade. Lisboa: Instituto Piaget, 1959.
- _____. Língua de tradição e língua técnica. Trad. Mário Botas. Lisboa: Bega, 1995.
- HUTCHEON, L. Poética do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JOHNSON, A. G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LACAN, J. (1964). O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. Educação, sociedade & culturas, n. 39, p. 7-23, 2013.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, 2017.
- MORIN, E. (1921) Ciência com consciência. Trad. Maria de Alexandre e Maria Alice Sampaio. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- NILLO, W. S. Diplomacia pública promovida por meio da educação: o uso do soft Disponível em: <<http://conic-semesp.org.br/anais/files/2014/trabalho-1000018572.pdf>>. Acesso em 01 de julho de 2022.
- NYE, J. S. Soft power. Foreign policy, n. 80, p. 153-171, 1990.
- _____. Soft Power: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.
- OURIVEIS, M. Soft power e indústria cultural: a política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. Revista Acadêmica de Relações Internacionais. Edição N°4 Vol. II, 2013.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Do ensinar a ensinagem. In: PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 201-243.
- QUADRADO, A. D. Pós Modernidade: que tempos são estes? Caligrama (São Paulo. Online), v. 2, n. 3, 2006.
- SANTOS, A. C. L. Branding de países e atração de investimento direto estrangeiro: o papel do soft power. Dissertação (mestrado) em Marketing School of Economics and Management Lisbon. Lisboa, 2013.
- VASCONCELLOS, C. Construção do Conhecimento em sala de aula. São Paulo: Série Cadernos Pedagógicos do Libertad, no. 2, 1996.

WRATHALL, M. How to Read Heidegger. Londres, Granta, 2005.